



**INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA  
DIVISÃO DE ECONOMIA E GESTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM ECONOMIA AGRÁRIA**

**MONOGRAFIA CIENTÍFICA**

**ANÁLISE DO IMPACTO DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NAS ZONAS RURAIS DE  
MOÇAMBIQUE: UM DIAGNÓSTICO DO FINANCIAMENTO AOS AGRICULTORES  
DO SECTOR FAMILIAR DO DISTRITO DE GUIJÁ.**

**Discente:** Margarida Mevasse Almeida Mondlane

**Tutor:** dr. Amir Ernesto Bazo

**Co Tutor:** dr Sulemane Rugunate, MSc

Lionde, Maio de 2024



## INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

Monografia científica sobre análise do impacto dos serviços financeiros nas zonas rurais de Moçambique: um diagnóstico do financiamento aos agricultores do Distrito de Guijá apresentado e defendido ao Curso de Economia Agrária, na Divisão de Economia e Gestão, do Instituto Superior Politécnico de Gaza, como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura em Economia Agrária.

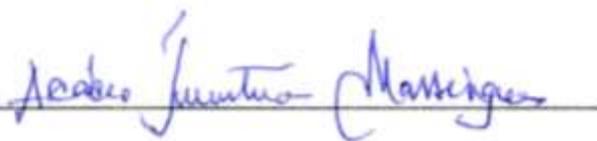
Projecto aprovado e defendido no dia 11 de Abril de 2024

### Júri

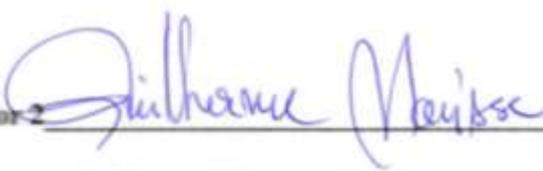
Supervisor

  
\_\_\_\_\_  
(Solemane Cassamo Rugunate, Msc)

Avaliador 1

  
\_\_\_\_\_  
(Acácio Juventino Massingue, Msc)

Avaliador 2

  
\_\_\_\_\_  
(Guilherme Mousse, Msc)

Lionde, Maio de 2024

## ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELA .....	i
DECLARAÇÃO .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT.....	iv
1 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Problema e Justificativa .....	1
1.2 Objectivos.....	4
1.2.1 ObjectivoGeral.....	4
1.2.2ObjectivosEspecíficos.....	4
1.3 Estrutura do trabalho .....	4
2 REVISAO DE LITERATURA .....	5
2.1 O Conceito de Crédito.....	5
2.2 CréditoAgrícola.....	5
2.3 Dinâmicas de oferta de crédito agrícola em Moçambique.....	6
2.4 2.5. Classificação dos agricultores em termos de tipologia .....	6
2.5 Serviços financeiros rurais e os seus respectivos agentes fornecedores e/ou provedores..7	
2.6 Serviços Financeiros e sua importância na promoção do desenvolvimento da Agricultura Familiar .....	7
2.7 Acesso ao mercado financeiro no meio rural .....	8
2.8 Risco de Crédito e Inadimplência .....	9
1.1 Gestão do Risco de Crédito.....	9
2.9 Assimetria de Informação .....	10
2.9.1 Informação Assimétrica no Mercado de Crédito.....	11
2.10 Selecçãoadversa .....	11
2.11 Risco moral .....	12
2.11.1 Classificação do risco moral .....	13
2.11.2 Informaçãooculta .....	13
2.11.3 Acçãooculta.....	13
2 METODOLOGIA DE TRABALHO.....	14
2.1 Descrição da Área de Estudo .....	14

2.11.4	Localização Geográfica .....	14
2.11.5	Divisão Administrativa .....	14
2.11.6	Caracterização Socio-económica .....	14
2.11.7	Situação Económica .....	15
2.11.8	Agricultura .....	15
2.11.9	Capacidade Institucional .....	17
2.2	Tipo de Pesquisa .....	17
2.3	Método de Análise .....	17
2.4	Universo Populacional e Amostra .....	17
2.5	Descrição das Variáveis .....	18
2.6	Tipos de dados .....	18
2.7	Instrumento de colecta de dados .....	18
2.8	Processamento dos dados .....	18
2.9	Procedimentos de análise dos dados .....	19
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	20
3.1	Características gerais dos produtores envolvidos na pesquisa .....	20
4	CONCLUSÃO .....	26
3	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	27

## **Índice de tabelas**

Tabela 1: Relação entre o género e a idade dos agricultores .....	20
Tabela 2: Relação entre género e o acesso ao crédito agrícola.....	21



## INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

### Declaração

Declaro por minha honra que este trabalho é resultado da minha investigação pessoal e da orientação do meu tutor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para propósito semelhante ou obtenção de qualquer grau académico.

Lionde, Maio de 2024

Margarida Mevasse Almeida Mondlane

(Margarida Mevasse Almeida Mondlane)

## RESUMO

Este estudo analisou o impacto dos serviços financeiros nas zonas rurais, por meio de um diagnóstico do financiamento aos Agricultores do sector familiar no Distrito de Guijá. Portanto, com base nos resultados aqui apurados é possível concluir que não há diferenças significativas no que concerne a benefício de crédito agrícola, informação sobre existência de banco, informação sobre crédito agrícola e conhecimento sobre os requisitos de acesso a informação bancária sobre crédito agrícola entre os agricultores homens e mulheres do Distrito de Guijá. Os factores nível de escolaridade, distância entre agricultor e banco, e a falta de difusão de informações relativas ao crédito agrícola, foram levantados como as principais causas da assimetria na acessibilidade as informações sobre o crédito agrícola entre os produtores do Distrito Guijá. Por outro lado, concluiu-se que a questão do género tem um impacto significativo no que diz respeito ao acesso ao crédito no Distrito de Guijá. Esta conclusão deu-se pelo facto de que apesar da amostra do estudo ser constituída maioritariamente pelas mulheres 64% contra 36% de homens, apenas cerca de 8% destas se beneficiou de crédito, contra pouco mais de 27% dos homens, ou seja, existe um maior número de mulheres engajadas na produção agrícola, porém, a maior parte do crédito alocado pelos bancos tem beneficiado aos homens.

**Palavras-Chave:** Serviços financeiros, actividade agrícola, agricultor, crédito.

## **ABSTRACT**

This study analyzed the impact of financial services in rural areas, through a diagnosis of financing for farmers in the family sector in the District of Guijá. Therefore, based on the results obtained here, it is possible to conclude that there are no significant differences with regard to the benefit of agricultural credit, information on the existence of a bank, information on agricultural credit and knowledge about the requirements for access to bank information on agricultural credit between male and female farmers from the Guijá District. The factors level of education, distance between farmer and bank, and the lack of dissemination of information regarding agricultural credit, were raised as the main causes of the asymmetry in accessibility to information on agricultural credit among producers in the Guijá District. On the other hand, it was concluded that the gender issue has a significant impact with regard to access to credit in the District of Guijá. This conclusion was due to the fact that despite the study sample being made up mainly of women 64% compared to 36% of men, only around 8% of these benefit from credit, compared to more than 27% of men, that is, There is a greater number of women engaged in agricultural production, however, the majority of credit allocated by banks has benefited men.

**Keywords:** Financial services, agricultural activity, farmer, credit.

## INTRODUÇÃO

Os serviços financeiros constituem uma espinha dorsal para a efectividade da actividade agrícola no país e das dinâmicas dos outros sectores de actividade. A provisão destes serviços a agricultura, poderá criar mudança na forma de ser e estar da agricultura mudando o seu paradigma, passando de agricultura de subsistência para uma agricultura moderna, fazendo nesse caso com que haja aumento dos índices de produção e produtividade.

O crescimento da produção agrícola tem sido uma fonte essencial para promover o crescimento económico, assim como fortalecer o sector industrial através do fornecimento de matéria-prima para este sector e produtos agrícolas nas grandes cidades (Cunguara e Garret, 2011).

Porém, a viabilização da actividade agrícola, depende das oportunidades disponíveis para os agricultores modernizarem seus processos produtivos, bem como, a planificação da época agrícola. A má planificação da época cria incertezas na produção, a qual pode constituir um factor crítico, dificultando e comprometendo a previsão do preço, e tornando incerta a renda do agricultor.

Assim sendo é necessário que se crie mecanismos, que proporcionem aos produtores meios que facilitem a planificação da sua época agrícola e viabilização da produção. Entretanto, eles podem diferir conforme as realidades, e os tipos de produtores envolvidos.

O presente trabalho pretende analisar o impacto dos serviços financeiros nas zonas rurais, por meio de um diagnóstico do financiamento aos produtores do sector familiar no Distrito de Guijá, uma vez que Guijá possui potencial agrícola, contudo é necessário conhecer a participação das poucas instituições financeiras nas dinâmicas de produção.

### **1.1 Problema e Justificativa**

A sujeição do agricultor por um ciclo de renda sazonal, faz com que este necessite de antecipação de recursos para compra de insumos e equipamentos necessários para produzir (Feder, Lin, Luo e Lau, 1990). A viabilização da actividade agrícola, depende das oportunidades disponíveis para os agricultores modernizarem seus processos produtivos e isso passa necessariamente pela necessidade de recursos financeiros para aplicar em seus investimentos.

A maior fonte de captação de liquidez pelo sector bancário em Moçambique são os depósitos dos particulares, empresas e organizações não-governamentais. A liquidez do sector bancário, tem sido considerada como um instrumento crucial para o financiamento e empoderamento da agricultura, dado que este potencia os produtores em termos de recursos financeiros para materialização dos seus projectos. No entanto, apesar do enorme afluxo de instituições

financeiras (bancos comerciais e instituições de microcrédito, microfinanças e cooperativas de crédito e poupanças) existentes no país, os recursos financeiros para a agricultura, continuam exíguos no distrito de Guijá.

Segundo MAE (2005), no Distrito de Guijá não há muitas fontes de crédito operante. O crédito formal é escasso, e é acessível através de ONG's ou fundos especiais. Algumas famílias locais funcionam como fonte informal de crédito, mas, dada a sua pouca expressão, o impacto na actividade económica é insignificante. Ademais, existe uma pequena iniciativa do Fundo do Fomento Agrário de financiamento de um núcleo de agricultores.

Contudo, apesar destas limitadas fontes de recursos, existe outro dilema associado com a capacidade da agricultura fazer face a esta demanda por crédito. Neste contexto, a terra não pode servir de garantia para financiar a agricultura e muitos não possuem colaterais para ser vir de garantia e são extremamente vulneráveis às condições meteorológicas (Mungambe 2004; Cunguara e Garret 2011). Segundo MAE (2005), as condições climáticas do distrito de Guijá, determinam uma colheita por ano (época das chuvas), nem sempre bem-sucedida, uma vez que os solos têm uma baixa capacidade de armazenamento de humidade, o risco de perda de cultura é elevado. Para além das questões climáticas, são também constrangimentos a produção agrícola, as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

A provisão de recursos financeiros pelas instituições financeiras (crédito), tem afectado negativamente, a planificação da época agrícola criando incertezas na produção, dificultando e comprometendo a previsão do preço e renda do produtor.

Assim, uma das formas para a viabilização da produção é garantir a provisão de crédito e outros serviços essenciais para os produtores materializarem os seus desideratos. O crédito facilita a aquisição de recursos e coloca-los a disposição do produtor para usos em consumo, investimento, compra de insumos para produção (incluindo mão-de-obra e fertilizantes). O crédito também, dada sua importância, capitaliza os agricultores e empreendedores a realizarem novos investimentos ou adoptarem novas tecnologias (Guanziroli e Guanziroli 2015).

E neste contexto, dependendo do risco associado a actividade produtiva, a oferta de crédito pode ser maior ou igual à demanda e menor que a demanda (isto é crédito racionado). Este racionamento ocorre devido à prevalência da assimetria de informações e selecção adversa no mercado de crédito (Stiglitz, 2002).

Actualmente no sector bancário, tem-se notado o aumento de riscos associado ao crédito bancário devido as incertezas que envolvem as dinâmicas de negócios e de produção, devido a

prevalência da Covid-19. O volume de crédito na posse dos clientes bem como a qualidade dos serviços oferecidos pelos bancos, mais do que um diferencial, representa condição para a sua sobrevivência.

A fraca cobertura no Distrito de Guijá pelos produtos e serviços financeiros tem sido uma das maiores preocupações visto que, a provisão de crédito proporcionaria ao produtor incentivo para viabilização da produção (Munguambe 2004). O crédito é um estimulador de qualquer economia, o que faz com que a sua aplicação proporcionando mudanças (Cabido 1999).

Dado o exposto acima, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: *qual tem sido o impacto que o crédito das Instituições financeiras tem tido para o desenvolvimento da agricultura familiar no Distrito de Guijá?*

## **1.2 Objectivos**

### **1.1.1 Objectivo Geral**

- Avaliar o impacto dos serviços financeiros no financiamento aos produtores do sector familiar no Distrito de Guijá.

### **1.1.2 Objectivos Específicos**

- Caracterizar os pequenos produtores existentes no Distrito de Guijá.
- Identificar os serviços financeiros existentes no Distrito de Guijá e seus agentes provedores.
- Aferir o grau de acesso aos serviços financeiros existentes para o empoderamento da agricultura familiar no Distrito de Guijá

## **1.3 Estrutura do trabalho**

O trabalho está dividido em seis capítulos principais. O primeiro capítulo, faz referência a antecedentes de investigação. Segundo capítulo destaca a introdução, delimitação do tema, objectivos, definição do problema, relevância do tema, as hipóteses e a estrutura do trabalho. O terceiro capítulo, apresenta a revisão da literatura. O quarto capítulo, põe em destaque a metodologia de trabalho. O quinto capítulo, mostra os resultados esperados. O sexto capítulo, traz as condições de implementação e factores de risco. O sétimo capítulo, apresenta cronograma de actividades e por último destaca-se as referências bibliográficas.

## REVISÃO DE LITERATURA

### 1.2 O Conceito de Crédito

A palavra crédito vem do latim *creditu* que significa, segundo Paiva (1997, p. 3), confiar, acreditar. Nesse sentido, significa “segurança de que alguma coisa é verdadeira; confiança”. Portanto, o conceito de crédito está directamente ligado à confiança, já que “quem confia”, também conforme o dicionário Aurélio, “tem segurança íntima de procedimento”.

De acordo com Blatt (1998), crédito implica existência de uma relação de confiabilidade entre dois ou mais agentes, sendo assim, a concessão de crédito significa transferir a posse de activos mediante um compromisso de pagamento futuro.

Segundo Schrickel (2000), o crédito é todo acto de vontade ou disposição de alguém de ceder, temporariamente, parte do seu património a um terceiro e com a expectativa de que esta parcela retorne integralmente a sua posse no prazo pactuado.

Para Silva (2006), o crédito é definido como a entrega de um valor para o cliente, sob a forma de empréstimo ou financiamento, com a promessa de pagamento em uma data futura.

O crédito é entendido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transacções comerciais entre empresas e seus clientes. Assim, são apontadas duas características do crédito, a confiança, que está vinculada ao pagamento, e o tempo, que se refere ao prazo de pagamento para liquidação da dívida (Santos, 2006).

### 1.3 Crédito Agrícola

A partir das definições de crédito pode-se dizer que o crédito agrícola significa a transferência de direitos em quantias monetárias com o objectivo específico do incremento da actividade agrícola em troca de certas quantias monetárias acrescidas de juros (capital acumulado) tendo como elementos a confiança, o risco, o tempo e as garantias.

Segundo Contreras e Saavedra (2001), crédito agrícola é uma espécie de crédito destinada principalmente a suprir às necessidades de capital para o melhoramento e sustentação do sector agrícola, é, portanto, um tipo de crédito específico destinado ao melhoramento da produção, compra de insumos agrícolas, aquisição dos equipamentos de produção, alocação dos produtos pós colheitas, e outras actividades inseridas na cadeia de produção do sector agrícola.

Para o sector agrícola, o crédito se torna um importante instrumento para o desenvolvimento da actividade, uma vez que possibilita o investimento em insumos básicos da actividade, como capital humano e fixo, viabilizando assim o processo de produção e de inovação do sector.

Krothetal (2014), expõem que a importância do crédito agrícola está no papel dinamizador da actividade agrícola, contribuindo para o desenvolvimento integrado, para a difusão de inovações tecnológicas e para a expansão da produção, tanto para o mercado interno como o externo. Portanto, a falta de crédito limita o acesso aos recursos financeiros necessários para a aquisição de fertilizantes, insumos e outros recursos necessários para o aumento da produtividade agrícola, dado que o uso de insumos melhorados e utilização de tecnologias melhoradas requerem a devida aquisição que só é possível com base nos recursos financeiros.

#### **1.4 Dinâmicas de oferta de crédito agrícola em Moçambique**

O crédito aliado a outras políticas de inclusão desempenha um importante papel na geração de trabalho e renda para a Agricultura Familiar. Ainda gera oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades ou unidades produtivas, mas, mais ainda, trazendo a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar (Estratégia de Finanças Rurais em Moçambique, 2015).

Ainda de acordo com EFRs (2015), reconhece-se que o acesso ao crédito no país é muito limitado. As instituições financeiras formais servem menos de 15% da população, beneficiando quase que exclusivamente as zonas urbanas. Do total de crédito concedido à economia, pelos bancos comerciais, somente cerca de 20% em média é direccionado para o sector da agricultura entre outras actividades agrárias e absorvido quase na totalidade pelas grandes explorações agrícolas.

Segundo Mosca (2017), para o sector agrícola, o acesso ao crédito é um dos principais constrangimentos à produção, sobretudo para o sector familiar. Do total do crédito concedido à economia, apenas 8% se destinou à agricultura.

#### **1.5 Classificação dos agricultores em termos de Tipologia**

Samo (2015), usando o tamanho da propriedade e área explorada, destaca a seguinte classificação dos agricultores em termos de tipologia:

**Pequeno agricultor**, com áreas que vão de 0.25 a 3 hectares, usa mão-de-obra familiar e sazonal, não dispõe de capital para obter insumos de produção melhorados, trabalham manualmente, alguns usam a tracção animal às vezes, não usam adubos, não tem acesso ao crédito e em situação de crise não tem acesso a água.

**Médio agricultor**, com áreas entre 3 a 20 hectares, usa mão-de-obra familiar, sazonal e permanente, alguns usam a tracção animal e utilizam adubos, não tem acesso ao crédito e em situação de crise tem um acesso limitado a água.

**Grande agricultor**, com áreas superiores a 20 hectares, mão-de-obra sazonal e permanente, não usam bois como meio de produção, mas sim tractores, moto-bombas, com alta utilização de adubos e créditos, e um excelente acesso à água em situação de crise.

### **1.6 Serviços financeiros rurais e os seus respectivos agentes fornecedores e/ou provedores**

Serviços financeiros são actividades não relacionadas com a obtenção de recursos e concessão de créditos, sendo que a sua remuneração é definida por um valor e ou percentual fixo e pré-determinado sobre o valor envolvido no serviço. (Dantas, 1994). De acordo com Cobra (2000), serviços financeiros são os serviços prestados pelas instituições financeiras.

Serviços financeiros englobam essencialmente as actividades da banca e seguros, fundamentais para a sustentação da economia nacional, não só em termos directos, pela capacidade geradora de emprego e riqueza, como indirectamente, pelo apoio que prestam às empresas no desenvolvimento do seu negócio (LEADERSHIP BUSINESS GROUP, 2016).

De acordo com Brealey, Myers&Allen (2007), as instituições financeiras são os bancos, empresas de poupança e de empréstimos, as seguradoras e os fundos de investimento.

Em Moçambique os fornecedores ou prestadores de serviços financeiros são de acordo com Amarcy e Massingue (2011), as instituições de crédito constituídas por bancos comerciais e de investimento, cooperativas de crédito, micro-bancos e instituições de locação financeira.

Segundo a Lei 9/2004 de 21 de Julho, as cooperativas de crédito são instituições de crédito constituídas na forma de sociedades cooperativas, cuja actividade desenvolve-se a serviço exclusivo dos seus sócios. Esta lei vê o crédito como o ato pelo qual uma entidade, agindo a título oneroso, coloca ou promete colocar fundos à disposição de outra entidade contra a promessa de esta a restituir na data de vencimento, ou contrair, no interesse da mesma, uma obrigação por assinatura.

### **1.7 Serviços Financeiros e sua importância na promoção do desenvolvimento da Agricultura Familiar**

O crédito aliado a outras políticas de inclusão desempenha um importante papel na geração de trabalho e renda para a Agricultura Familiar. Ainda gera oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas

estruturas das propriedades ou unidades produtivas, mas, mais inda, trazendo a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar (ZIGER, 2013).

Para Dall’Agnol (2012), o crédito permite ao agricultor familiar ampliar suas relações com o ambiente socioeconómico, agregando avanços tecnológicos, beneficiando-se da assistência técnica, movimentando o comércio e os serviços, tanto na medida da compra de seus insumos produtivos, quanto na venda de seus produtos produzidos e tendo ainda outros efeitos multiplicadores.

Negrão (2003) defende que para tal indução, deve-se orientar o investimento para a disponibilização de “dinheiro barato” para o sector empresarial nacional de modo a elevar a procura aos pequenos produtores através da agro-indústria. Isto significa que a disponibilização do crédito e dos demais serviços financeiros a um custo baixo que permita ao pequeno produtor obter e restituí-lo dentro do período acordado e na íntegra, vai proporcionar ou gerar mais rendimentos resultantes de uma cadeia de eventos rigidamente respeitados, que no final tem a consequência de desenvolver a agricultura familiar e em último, o meio rural.

Já Dall’Agnol (2012) demonstra que os efeitos multiplicadores da aplicação do crédito reflectir-se-ão no aumento da produção das propriedades ou explorações comerciais na economia local, tendo nos gastos dos produtores a renda necessária para impactar positivamente nas relações com outras áreas e sectores.

Verifica-se que a agricultura não tem desempenhado a sua função principal na actual fase de desenvolvimento que é o de assegurar a melhoria da dieta alimentar, garantir determinados níveis de segurança alimentar e reduzir a pobreza. A dependência alimentar tem aumentado (Mosca, 2014).

### **1.8 Acesso ao mercado financeiro no meio rural**

O pouco acesso dos mais pobres, como o caso dos agricultores a sistemas de financiamento, na maioria das vezes, está ligado a problemas de assimetria de informação entre financiadores e seus clientes.

Muitas vezes, não existem informações suficientes, ou mesmo precisas, sobre os agentes a serem beneficiados, criando uma situação de riscos nos investimentos. Uma forma alternativa a esse tipo de risco concentra-se na exigência de colaterais (como bens físicos) por parte do financiador.

De acordo com Botão (2016), os factores que dificultam o acesso dos pobres ao financiamento são os custos de transacção para pequenos empréstimos (relativamente altos). Além disso, em áreas de baixa densidade populacional, o acesso físico a serviços bancários pode ser muito difícil. Tudo isso leva os bancos convencionais a considerarem que a prestação de serviços aos pobres, com o uso de práticas tradicionais de financiamento, não é lucrativa e é de maior risco.

### **1.9 Risco de Crédito e Inadimplência**

Para Silva (2006), “o risco de crédito é a probabilidade de que o recebimento não ocorra, ou seja, é igual a 1 (um) menos a probabilidade de recebimento”. De acordo com Schrickel (2000), o risco é um factor sempre presente na concessão de crédito, podendo ser razoável ou de grande intensidade. O maior risco presente nas operações de crédito está vinculado ao total desconhecimento das características do tomador ou sobre a finalidade do empréstimo, segundo o mesmo autor.

Segundo Chaia (2003) quando acontece uma concessão de recursos, a Instituição financeira passa a possuir o chamado Risco de Crédito. Sendo que este risco pode ser percebido como a possibilidade do proponente ao crédito em não realizar o pagamento referente à transacção financeira.

Paiva (1997) divide o risco de crédito em dois tipos: risco específico ou não sistemático e risco de mercado ou sistemático. O risco específico é aquele relacionado às características do cliente e o risco de mercado é o que provém de factores externos, como guerra, recessão, taxas de juros, etc.

Segundo Oréfica (2007), a inadimplência refere-se ao não cumprimento, no todo ou em parte, de uma operação financeira. São consideradas inadimplentes, as operações vencidas e não pagas há mais de noventa dias, sendo acrescidos a elas juros moratórios, multa contratual e outros encargos.

Já para Cia (2003) a inadimplência estaria relacionada ao descumprimento por parte do devedor, que acarrete alteração do montante ou do momento em que o pagamento devedor é realizado, em relação ao contrato acordado.

### **1.10 Gestão do Risco de Crédito.**

Araújo e Silva (2004) definem a gestão do risco de crédito como sendo uma actividade fundamental ao processo de concessão de crédito, pois as organizações financeiras precisam se

precaver de possíveis inadimplências, podendo assim definir para quem emprestar, qual montante a ser liberado e qual a taxa de juros da operação.

Quanto às instituições financeiras, estas utilizam para a avaliação do risco de crédito, banco de dados públicos e privados, que as auxiliam no processo de concessão de crédito. De acordo com essa avaliação é definida a taxa de juros que será oferecida na operação e se o crédito será concedido ou não (BRASIL, 2010).

A maioria dos bancos de dados possui apenas informações negativas, e ao invés de disponibilizar somente informações negativas, deviam armazenar também dados positivos, referente ao histórico de inadimplência dos clientes e tomadores de empréstimos bancários (FILHO 2005).

O entendimento dos motivos que levam o cliente a ficar inadimplente, é relevante para o operador no momento da contratação, pois pode indicar falhas e novas variáveis a serem analisadas no momento da concessão do crédito (ORÉFICE, 2007).

Nesse sentido, Eifert (2003) concorda com o autor acima, quando diz que durante a análise de crédito, a instituição financeira pode reduzir os riscos da operação, podendo assegurar sua rentabilidade, quando há um cuidado especial nas decisões de concessão de crédito.

Chaia (2003) divide o ciclo de vida de uma operação de crédito em dois grupos de actividades, caracterizando, (1) como sendo representada pelo processo de avaliação da capacidade financeira dos clientes, análise de crédito, (2) ao processo de pagamento e cumprimento do contrato e recuperação do crédito inadimplente Para Paiva (1997) “os limites de crédito, permitem um dimensionamento de crédito adequado à capacidade de pagamento do proponente, aumentando a probabilidade de retorno dos capitais emprestados”.

### **1.11 Assimetria de Informação**

Estudos apontam a assimetria de informação como um factor que tem impactado negativamente no mercado de crédito, portanto, este fenómeno será também analisado neste trabalho. Para Bertolinetal (2008), a assimetria de informação descreve o fenómeno segundo o qual alguns agentes económicos têm mais informações acerca de um negócio a ser efectuado em relação a outros agentes, o que, segundo os autores molda um cenário incerto e inseguro uma vez que essa situação favorece a parte que mais detêm informações acerca do negócio a ser efectuado.

Pindyck (2002), salienta que a informação assimétrica, também conhecida como falha de informação, ocorre quando uma parte em uma transacção económica possui maior conhecimento

material do que a outra parte, ou seja, informação assimétrica é a situação na qual, agentes diferentes na cadeia, possuem informações distintas sobre uma transacção.

Na mesma linha de pensamento Morais (2017), acrescenta que a assimetria da informação é uma falha de mercado em que, diante de níveis diferentes de acesso e conhecimento das informações, um dos agentes pode iniciar comportamentos oportunistas que o levarão a obter vantagens, geralmente de ordem económica, sobre o outro agente.

Numa síntese das ideias descritas acima, pode-se definir a assimetria de informação como sendo a situação na qual um agente possui informações relevantes que outro não possui, em relação a um negócio a ser efectuado gerando deste modo um desequilíbrio entre as partes, onde geralmente a parte que possui mais informações tem uma vantagem em relação a parte que não possui.

### **1.11.1 Informação Assimétrica no Mercado de Crédito**

Para Marques *etal* (2012), em economia, informação assimétrica ocorre quando dois ou mais agentes económicos estabelecem entre si uma transacção económica com uma das partes envolvidas detendo informações qualificadas ou quantificadas superiores às da outra.

Segundo Fuinhas (2002), a informação assimétrica baseia-se na ideia simples, mas importante, de que, em muitas transacções económicas, uma das partes tem que efectuar o pagamento antes de conhecer, com certeza absoluta, o que está a obter em troca.

De acordo com Azevedo e Shekida (2004), a assimetria de informações afecta tanto a oferta quanto a demanda por crédito. Do lado da oferta, porque o prestador tem que ter o máximo de informações que puder a respeito do tomador e isso nem sempre é possível, e também não pode por em risco seu portfólio de empréstimos.

Na origem da relação de troca, há uma assimetria de informação entre o mutuário e o credor, isso ocorre também nas transacções de crédito o que ocasiona dois problemas: Um ocorre antes da transacção, a selecção adversa e o outro ocorre após a transacção o risco moral (Rocha e Santiago, 2013).

### **1.12 Selecção adversa**

Na visão de Bebczuk (2003), a selecção adversa ocorre antes de a transacção ser efectuada, quando há possibilidade do prestador transferir recursos a tomadores que apresentam maior risco. A selecção adversa surge devido as diferentes probabilidades de falha do mutuário em satisfazer os termos de uma obrigação de empréstimo ou falha no pagamento de um empréstimo.

Para Carvalho *etal* (2015), este problema ocorre no mercado de crédito quando há elevação da taxa de juros para cobrir os riscos. Para os autores esta medida não provê maior segurança aos credores frente à existência de informação assimétrica. De um lado, a elevação dos juros tende a afastar os bons tomadores, cujos projectos que pretendem financiar provavelmente são menos arriscados e, por esses motivos, geram menor retorno, incapaz de fazer face a taxas de juros muito altas.

O aumento dos juros causaria, então, a selecção adversa, uma vez que apenas os tomadores com projectos mais arriscados se dispõem a tomar crédito a taxas mais elevadas. A selecção adversa advém da dificuldade do banco em distinguir projectos de baixo risco daqueles com risco elevado.

De acordo com Carvalho *etal* (2015), o aumento nas taxas de juro de empréstimos induz os solicitantes mais avessos a riscos e que talvez disponham de projectos de melhor qualidade a não solicitarem o crédito, remanescendo apenas os solicitantes com maior probabilidade de falha no cumprimento do contracto.

### **1.13 Risco moral**

Ocorre após a transacção ser efectuada, sucede da possibilidade de o tomador dispor os recursos em actividades que contradizem com as preconizadas no contracto reduzindo a probabilidade de pagamento da dívida (Bebczuk, 2003). O risco moral surge quando o devedor incorre em riscos superiores aos previamente acordados com o banco (antes da concessão, por defeito de informação divulgada, ou após a concessão do crédito por aplicação dos fundos obtidos em outras actividades, não anunciadas, com maior risco).

Para Mishikin (1998), o risco moral ocorre quando o tomador desvia o crédito para outras actividades de alto risco, aquém da previamente contratada, sendo que esta oferece maiores retornos ao investimento, mas que consequentemente pode comprometer o pagamento da dívida, logo, as chances de se conceder um empréstimo a um mal pagador são grandes, o que compromete a oferta de linhas de crédito por parte dos agentes financeiros.

O problema de informação assimétrica surge pelo facto de que depois da efectivação do contracto o agente credor não consegue monitorar perfeitamente as acções do mutuário e a partir da não observação por parte do agente credor pode haver incentivo ao agente devedor para a tomada de decisões que não respeitam o que foi determinado no contracto.

Referindo-se ao risco moral Aldrighi (2004), salienta que ocorre devido ao incentivo que a elevação das taxas de juro dos empréstimos cria nos tomadores de crédito para que, tendo recebido os fundos escolham projectos de maior risco.

### **1.13.1 Classificação do risco moral**

Segundo Azevedo (1998), citado por Azevedo e Shiquida (2013), o risco moral é classificado em dois tipos:

### **1.13.2 Informação oculta**

Ocasão em que o potencial mutuário mantém alguma informação relevante em segredo dos emprestadores, uma vez que esta informação pode ser comprometedora para o seu cadastro junto à instituição financeira, o que poria em risco a liberação de financiamento.

A informação oculta se refere às acções do agente, que são observáveis e verificáveis pelo principal, mas que, no decorrer do contrato, a primeira parte adquire e mantém uma informação importante sem que a outra consiga monitorar de forma que este possa utilizá-la em proveito próprio.

### **1.13.3 Acção oculta**

Segundo Klannetal (2014), acção oculta acontece quando o credor não consegue observar as acções do devedor, pela existência de informação assimétrica. As acções do devedor não são observáveis e nem verificáveis, isto é, o principal não pode avaliar a acção em qualidade ou quantidade. A acção oculta, por sua vez, também se dá no decorrer do contrato e está relacionada às acções dos agentes que não podem ser verificadas ou monitoradas pelo principal.

## METODOLOGIA DE TRABALHO

Este capítulo está dividido em várias secções. A primeira secção, faz referência ao tipo de pesquisa. A segunda secção, mostra o método de análise. A terceira secção, ilustra os procedimentos de análise. A quarta secção, faz referência aos mecanismos usados para processamento de dados.

### 1.14 Descrição da Área de Estudo

#### 1.14.1 Localização Geográfica

O Distrito de Guijá, com 3.589 km<sup>2</sup> de superfície, correspondentes a 5.6% de toda a área da província, está localizado a Sudoeste da Província de Gaza, entre as latitudes 23°50' e 24°50'S, e entre as longitudes 32°25' e 33°40'E. É limitado a Norte pelo Distrito de Chigubo, a Noroeste pelo Distrito de Mabalane, a Sul pelo Distrito de Guijá e a Este pelo Distrito de Chibuto. A figura abaixo ilustra o mapa do distrito de Guijá.

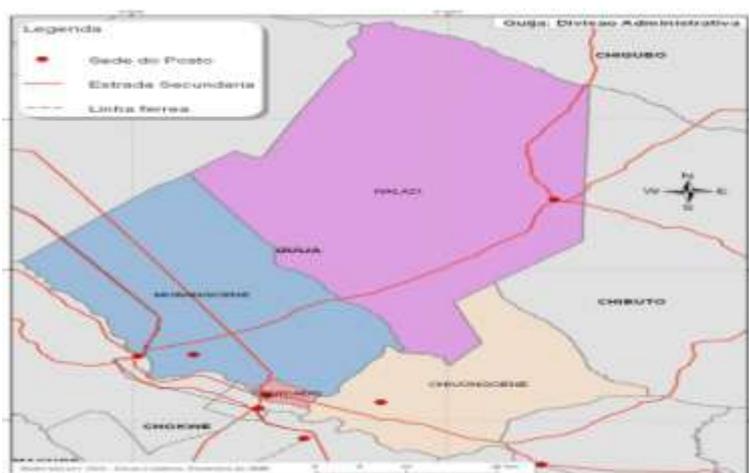


Figura 1: Divisão Administrativa do distrito de Guijá

Fonte: Plano Estratégico do Distrito de Guijá (2012)

#### 1.14.2 Divisão Administrativa

O Distrito compreende quatro Postos Administrativos nomeadamente Chivonguene, Mubanguene, Nalazi e a Vila de Caniçado. Possui também 8 localidades, a saber: Maguiguane, Chivongoene -Sede, Chibabel, Mpelane, Mubangoene, Nalazi –Sede, Tomanine e Mbala-Vala, bem como 38 povoados.

#### 1.14.3 Caracterização Socioeconómica

Os principais grupos socioeconómicos do Distrito estão estratificados da seguinte maneira: classes baixas, médias e altas entre camponeses, migrantes, funcionários públicos e

comerciantes. O grupo de camponeses representa a maioria e é o mais desfavorecido e vulnerável.

A principal fonte de rendimento e subsistência das famílias camponesas é a actividade agro-pecuária e, em pequena escala a pesca artesanal, exploração de recursos florestais e faunísticos. Para além destas, algumas famílias sustentam-se através de remessas de emigrantes.

Existem no Distrito três tipos de habitação, normalmente construídas por homens. A palhota constitui 75% e é normalmente pavimentada de terra batida, tecto de capim ou colmo com paredes de caniço ou paus. Estas não possuem latrina e a água é colhida directamente em poços ou furos.

As casas de material misto (estacas, caniço e cobertura de zinco) e as de materiais convencionais representam 25%. A Vila de Caniçado é a que apresenta melhores condições de habitação; latrinas (85%), água canalizada fora de casa (15%) e energia eléctrica (20%).

A população está organizada em aldeias e povoações o que facilita a providência dos vários serviços. Em relação a bens materiais, o padrão dominante é de famílias “sem rádio e electricidade”, dispendo de uma (1) bicicleta em cada seis (6) famílias.

#### **1.14.4 Situação Económica**

A análise da estrutura produtiva de Guijá evidencia a agricultura e a pecuária como sendo as principais actividades económicas do Distrito, sendo os recursos hídricos disponíveis no Rio Limpopo, as grandes extensões de terra arável e a boa qualidade do pasto, os principais factores para atracção do investimento nestas duas áreas de actividade. A extracção artesanal de argila para o fabrico de tijolos, a pesca, o comércio e o turismo constituem outras actividades económicas do Distrito.

Embora Guijá possua um grande potencial na área agro-pecuária, este distrito é basicamente produtor de matérias-primas, dado que não há seguimento das cadeias de valor dos produtos, constringendo assim o processo de geração de renda e criação de emprego a nível local. De seguida apresenta-se uma breve descrição sobre as principais actividades económicas do distrito.

#### **1.14.5 Agricultura**

O Distrito de Guijá está situado na zona que já foi apelidada celeiro do País, dadas as potencialidades dos seus solos e dos recursos hídricos. A área disponível para actividade agrícola estima-se em 116.383 ha, estando actualmente a serem explorados cerca de 55.857 ha,

correspondente a 47 %. A agricultura é uma das principais actividades económicas do distrito, praticada maioritariamente pelo sector familiar (85%), principalmente por mulheres com fins de subsistência. O sector privado (10%) constituído por pequenos e médios produtores bem como o Associativo (5%), também se dedicam a esta actividade cuja finalidade é a comercialização. Em termos de assistência, o Distrito possui uma rede de extensão composta por 8 técnicos dos quais 6 do sector público e 2 de ONG's.

As deficientes condições de trabalho, em especial a falta de transporte, fazem com que um extensionista assista 155 produtores (19% do rácio/extensionista, portanto 800 produtores. A agricultura de sequeiro é a praticada pela maior parte das comunidades, principalmente na zona norte do distrito. Este facto, associado à irregularidade das chuvas contribui para o surgimento de problemas na disponibilidade de alimentos. Porém, as comunidades ao longo do rio Limpopo, beneficiam de um sistema de regadio, entretanto o processo de produção é oneroso devido ao elevado custo de combustível.

As principais culturas alimentares são: o milho, feijões, mandioca, amendoim, abóbora, melancia, batata-doce; e as de rendimento são o tomate, a cebola, couve, repolho, alho, pimento, beringelas, pepino e banana. A produção de hortícolas é feita em pequenas quantidades devido aos elevados custos de produção.

Pelo quadro abaixo pode-se notar que no distrito existe uma maior produção de culturas alimentares que as de rendimento, como resultado de uma maior percentagem de camponeses do sector familiar a praticarem a agricultura de subsistência.

Devido ao aumento das áreas de cultivo, constituição de associações, instalação de pequenos sistemas de rega, surgimento de ONGs que prestam apoio técnico às associações de produtores agrícolas e financiamento de projectos agrícolas pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), nas campanhas agrícolas.

Entretanto, o rendimento médio por hectare ainda é baixo, principalmente nas culturas de milho, mandioca, abóbora, feijão nhemba e melancia, devido essencialmente à dependência da actividade agrícola em relação à precipitação, às práticas agrícolas rudimentares e ao uso de grão ao invés da semente.

Os principais problemas que afectam esta actividade relacionam-se com a falta de insumos agrícolas, baixa produção agrícola, seca, pragas, queimadas, baixa precipitação, deficiente

assistência técnica, uso de tecnologias rudimentares, fraco acesso ao crédito pelos produtores e baixo nível de conhecimento sobre empreendedorismo, planificação e gestão de negócios. O assoreamento do rio Limpopo tem sido apontado pela população como uma preocupação igualmente importante.

Os produtos agrícolas que têm ainda um grande potencial, ainda não aproveitado, e uma elevada oportunidade de negócio são o milho, a mandioca e as hortícolas. Destas culturas, o milho e as hortícolas é que são considerados os vectores de desenvolvimento do distrito.

#### **1.14.6 Capacidade Institucional**

A capacidade institucional de assistência é fraca sendo caracterizada pela falta de meios circulantes e financiamentos.

#### **1.15 Tipo de Pesquisa**

Este trabalho usou pesquisa aplicada e exploratória. Segundo (Silva, 2004)<sup>1</sup>, pesquisa exploratória, visa proporcionar maior familiaridade com o problema de modo a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico e entrevistas. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (Silva, 2004)<sup>2</sup>.

#### **1.16 Método de Análise**

O método um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objectiva do conhecimento, de uma maneira sistemática (Marconi e Lakatos, 2004). O presente trabalho recorre ao método estatístico e indutivo.

#### **1.17 Universo Populacional e Amostra**

O universo da pesquisa foram os produtores mutuários/beneficiários de crédito concedido pelas instituições financeiras do Distrito de Guijá.

Para cálculo da amostra, usa-se um nível de significância de 5% e um nível de confiança de 95%, recorrendo a fórmula apresentado por Gil (2008) e Pocinho (2009)<sup>3</sup>, a qual permite calcular a amostra para uma população finita envolvendo variáveis qualitativas e quantitativas.

---

<sup>1</sup>Silva, Cassandra Ribeiro de O. e. (2004), *Metodologia e organização do projecto de pesquisa - (Guia Prático)*. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

<sup>2</sup>Silva, Cassandra Ribeiro de O. e. (2004), *Metodologia e organização do projecto de pesquisa - (Guia Prático)*. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

<sup>3</sup>Segundo Pocinho (2009), se a variável for nominal ou ordinal, mas a população for considerada finita, determina-se o tamanho da amostra pela fórmula acima descrita, onde o  $Z$  é abscissa da normal padrão,  $N$  é tamanho da população,  $p$  é estimativa da proporção,  $q=1-p$ ,  $e$  é erro amostral. Estas fórmulas são básicas para qualquer tipo de

$$(1) \quad n = \frac{Z^2 * p * q * N}{e^2 (N - 1) + Z^2 * p * q}$$

onde  $n$  é o tamanho da amostra,  $N$  é o número de agregado familiares,  $Z\alpha$  é o nível de confiança ou  $Z$  Scory(95%) = 1,96,  $p$  é a proporção da população real = 0,5 e  $e^2$  é o nível de significância de 5%.O cálculo do tamanho da amostra foi conforme descrito abaixo:

$$n = \frac{1,96^2 * 0,5 * 0,5 * 35.770}{0,08^2 (35.770 - 1) + 1,96^2 * 0,5 * 0,5} = 150$$

Para tal fez-se a enumeração de todos os elementos dos estratos da amostra e, através de um sorteio ou do auxílio de uma tabela de números aleatórios, obter os elementos que comporão a amostra desejada (Pocinho, 2009).

### 1.18 Descrição das Variáveis

O presente estudo tem como variáveis: tipo de serviços oferecido, agentes de serviços financeiros, indicadores de mudanças no padrão da agricultura praticada pelo sector familiar.

### 1.19 Tipos de Dados

Em relação a natureza dos dados do trabalho, recorre-se ao uso de dados de corte transversal de natureza primária colhidos dos questionários. Trata-se de dados de natureza quantitativa e qualitativa, sobre os aspectos acima referenciados.

### 1.20 Instrumento de colecta de dados

Para a colecta de dados do estudo, recorre-se inquéritos por questionário envolvendo entrevistas directas. O recurso aos inquéritos e entrevistas permitira obter informações directas dos mutuários.

### 1.21 Processamento dos dados

O processamento dos dados, é feito com a ajuda do pacote estatístico conhecido como SPSS V.21.

---

composição da amostra; todavia, existem fórmulas específicas segundo o critério de composição da amostra. Se o investigador escolher mais de uma variável, poderá acontecer de ter que aplicar mais de uma fórmula, assim deverá optar pelo maior valor de "n". Quando não tivermos condições de prever o possível valor para  $p$ , admita  $p = 0,50$  pois, dessa forma, você terá o maior tamanho da amostra, admitindo-se constantes os demais elementos.

## **1.22 Procedimentos de análise dos dados**

Os procedimentos de análise consistiram no uso de frequências para identificar as principais características dos mutuários bem como captar as mudanças nas características da agricultura.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta secção serão analisados e discutidos os resultados obtidos com a pesquisa no concernente a análise da informação bancária entre os agricultores do Distrito de Guijá. Os dados foram colectados no campo aos 150 produtores que correspondem a amostra da pesquisa. A análise e discussão dos resultados compreende a análise descritiva dos dados, onde consta a caracterização dos entrevistados e a outra parte corresponde a análise de variância dos grupos que correspondem a amostra.

### 1.23 Características gerais dos produtores envolvidos na pesquisa

Tabela 1: Relação entre o género e a idade dos agricultores

Relação sexo * idade							
% Com idade							
		Idade				Total	
		[18-30 anos[	[30-40 anos[	[40-50 anos[	[50-60 anos[	[+de 60 anos[	
Sexo	masculino		28.6%	16.7%	46.8%	39.1%	36.0%
	feminino	100.0%	71.4%	83.3%	53.2%	60.9%	64.0%
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Os resultados obtidos quando relacionadas as variáveis idade e género, mostram que a maioria dos produtores, (64%) são do sexo feminino e em menor número, (36%) são do sexo masculino, ou seja, observou-se um maior número de mulheres engajadas na produção agrícola em relação aos homens no Distrito de Guijá. Porém, algumas delas asseguraram que tem feito a agricultura não como fonte principal de renda mas sim como forma de auxiliar os chefes do agregado familiar que buscam outras fontes de rendimento e de subsistência familiar.

Quanto a idade importa referir que a maior parte dos produtores do sexo masculino apresentam idade compreendida entre 50 a 60 anos, cerca de (46,8%) e do sexo feminino com uma idade compreendida entre os 18 a 30 anos conforme o ilustrado na tabela 1. Esses resultados nos dão a compreensão de que estes dois factores têm um efeito negativo na questão do acesso ao crédito, porque de entre as várias políticas adoptadas pelos bancos para garantir que haja o reembolso do valor pedido, como o caso da verificação do historial de dívidas na banca do requerente de crédito, declaração de renda, a área de produção do produtor, dentre outros factores a idade é também levada em conta, ou seja, a idade é vista como factor de risco de inadimplência do crédito.

Esta constatação foi também feita por Obisesan (2013), que concluiu na sua pesquisa sobre os determinantes de acesso ao crédito agrícola que indivíduos mais velhos têm menor probabilidade de aceder ao crédito, ou seja, quanto maior a idade menor a probabilidade de os bancos concederem crédito. Similarmente este autor verificou que os agricultores homens apresentam maior probabilidade de aceder ao crédito comparando com as mulheres, dado que a maioria das mulheres se engaja em actividades caseiras e poucas em actividades económicas e fonte de emprego formal, facto que leva a que muitas delas estejam em desvantagem quanto a possibilidade de garantias reais que lhes possibilitem condições de acesso ao crédito formal.

De facto, este problema também foi constatado no presente estudo, uma vez que do total das mulheres envolvidas na pesquisa apenas 7,3% é que se beneficiaram do crédito quando equiparado com 14,8% dos homens envolvidos na pesquisa. E este contexto, destaca que apesar dos homens estarem em menor número na amostra são os que mais se beneficiaram de crédito agrícola do Distrito de Guijá conforme evidenciado na tabela 2. Apesar deste cenário, a maioria 90% dos produtores abrangidos pela pesquisa no distrito de Guijá não possui acesso ao crédito agrícola para o seu empoderamento financeiro para investimento na agricultura por este desenvolvidos no Distrito de Guijá.

Tabela 2: Relação entre género e o acesso ao crédito agrícola

Relação benefício.de.credito.agricola * sexo				
% Com crédito		Sexo		Total
		masculino	feminino	
benefício.de.credito.agricola	Sim	14.8%	7.3%	10.0%
	Nao	85.2%	92.7%	90.0%
Total		100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Autora com base nos dados da pesquisa

Verificou-se quando questionados sobre conhecimento de informação sobre a existência de bancos, a maioria das mulheres não possui informação sobre a existência de bancos quando comparado com 62.9% dos que possuem informação sobre a existência de bancos. Ademais 37.1% dos homens possui informação sobre a existência de bancos, assim como 14.3% que não possuem informação sobre a existência de bancos. Dos factos destacados mostra que mais homens têm noção da existência de banco quando comparado com as mulheres.

Tabela 3: conhecimento da existência de banco

<b>Relação sexo * informação.sobre.existência.de.banco</b>				
% Com informação.sobre.existência.de.banco				
		informacao.sobre.existencia.de.banco		Total
		sim	nao	
Sexo	masculino	37.1%	14.3%	36.0%
	feminino	62.9%	85.7%	64.0%
Total		100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Contudo, nota-se apesar desta constatação que há ainda um deficitário conhecimento das condições bem como das formalidades de acesso ao crédito no seio dos agricultores do Distrito principalmente por parte das mulheres que mostrou ser baixo (74.4%) quando comparada com a dos homens que é razoável (62.5%). Esta averiguação pode ser feita no gráfico 2, onde se evidencia uma situação preocupante sobre o nível de acesso a informação bancária dos produtores a nível dos bancos comerciais. Este cenário revela que os produtores agrícolas do sexo feminino na sua maioria no Distrito de Guijá, não tem noção das formalidades de acesso ao crédito.

Tabela 4: Nível de acesso a informação bancária dos produtores do Distrito

<b>Relação sexo * nível de acesso a informação bancaria</b>						
% Com nível de acesso a informação bancaria						
		nível de acesso a informação bancaria				Total
		muito baixo	baixo	razoável	alto	
sexo	masculino	36.1%	25.6%	62.5%	41.9%	36.0%
	Feminino	63.9%	74.4%	37.5%	58.1%	64.0%
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

De entre os indivíduos que fizeram parte da pesquisa do nível mais baixo ao nível mais alto quanto ao nível de acesso a informação bancária a nível das instituições bancárias, verificou-se que nem todos tiveram a possibilidade de obter este financiamento.

Tabela 5: Relação entre financiamento e nível de acesso a informação bancária

<b>Relação financiou * nível de acesso a informação bancária</b>						
% Com nível de acesso a informação bancária						
		nível de acesso a informação bancária				Total
		muito baixo	baixo	Razoável	Alto	
Financiou	sim	4.2%	10.3%	12.5%		5.3%
	não	95.8%	89.7%	87.5%	100.0%	94.7%
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Destes que não se beneficiaram do crédito a nível dos bancos do Distrito, a maioria acusou algumas barreiras colocadas pelos bancos como o caso de altas taxas de juros que se mostram insustentáveis para os produtores rurais, bem como as exigências de garantias que muitas das vezes são inexistentes como principais entraves para aceder ao crédito agrícola.

Tabela 6: Nível de escolaridade em relação ao grau de informação dos produtores

<b>Nível de escolaridade</b>					
Nível de informação	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	<b>Total</b>
<b>Muito baixo</b>	20,7%	36%	6%	0%	62,7%
<b>Razoável</b>	0%	12%	14%	0,7%	26,7%
<b>Alto</b>	0%	0%	6%	4,7%	10,6%
Total	20,7%	48%	26%	5,4%	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Quanto ao nível de escolaridade, verificou-se que a maioria dos produtores envolvidos na pesquisa (48%), frequentou o nível primário, com uma parcela considerável de agricultores que não frequentou nenhum ensino (20,67%), com ensino secundário frequentado (26%) e com ensino superior (5.33%). O nível de escolaridade por parte dos produtores constitui um factor crucial em termos de compreensão de aspectos que podem levar a melhor tomada de decisões, sendo que a educação aumenta a habilidade de perceber, interpretar, compreender e responder a vários factores, pode-se afirmar que a escolaridade é um dos limitantes ao conhecimento de informações por parte da maioria dos agricultores uma vez que a maioria dos entrevistados mostrou ser caracterizado por um nível baixo ou mesmo nenhum de escolaridade e isso tem um

impacto negativo no que diz respeito a possibilidade de busca e percepção de informações relevantes acerca das condições de acesso ao crédito agrícola.

De facto, é possível observar a partir da tabela 2 que os produtores menos escolarizados são os que apresentam um nível muito baixo de informação, com os agricultores que não apresentam nenhum nível de escolaridade a mostrarem que não têm nenhuma informação sobre o crédito a nível das instituições bancárias e agricultores que apresentam o nível superior a mostrarem que são melhor informados, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior o nível de informação dos produtores.

Foi possível constatar neste estudo que indivíduos melhor escolarizados são os que detêm informações relativas ao crédito agrícola e por consequência disto são os que têm se beneficiado de crédito.

Esta ideia é também reforçada por Fumo (2013), que verificou na sua pesquisa que o baixo nível de escolaridade dos agricultores rurais é um dos limitantes da aproximação destes ao sector bancário, uma vez que a escolaridade constitui uma barreira ao esclarecimento de requisitos ou condições que indivíduos melhor escolarizados teriam em observância com mais simplicidade.

Com intuito de verificar a diferença entre os três grupos de agricultores no que tange ao benefício de crédito agrícola, informação sobre existência de banco, informação sobre crédito agrícola e conhecimento sobre os requisitos de acesso a informação bancária sobre crédito agrícola. Para tal foi necessário se fazer análise de variância para se verificar os pressupostos, conforme se descrevem os passos abaixo.

Tabela 7: análise da variância

		ANOVA				
		Somatorio dos quadrados	Df	Média Quadrada	F	Sig.
beneficio.de.credito.agricola	Entre Grupos	0.196	1	0.196	2.176	0.142
	Dentro de Grupos	13.304	148	0.090		
	Total	13.500	149			
informacao.sobre.existencia.de.banco	Entre Grupos	0.067	1	0.067	1.498	0.223
	Dentro de Grupos	6.606	148	0.045		
	Total	6.673	149			
informacao.sobre.credito.agricola	Entre	0.098	1	0.098	0.879	0.350

		Grupos				
		Dentro de Grupos	16.495	148	0.111	
		Total	16.593	149		
conhecimento.requisitos.de.acesso	Entre Grupos	1.098	1	1.098	2.621	0.108
		Dentro de Grupos	61.995	148	0.419	
		Total	63.093	149		

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Com base nos resultados da análise de variância, observou-se que o valor de p (0.000) é maior que o nível de significância de 0.05. Assim, com base nas evidências temos razões para não rejeitar a  $H_0$ , com um coeficiente de confiança de 95%.

Então, podemos afirmar, que não houve diferenças significativas no teste da ANOVA entre os homens e mulheres, em termos benefício de crédito agrícola, informação sobre existência de banco, informação sobre crédito agrícola e conhecimento sobre os requisitos de acesso a informação bancária sobre crédito agrícola. Assim, não se rejeita a hipótese nula assume-se a hipótese nula de que em termos benefício de crédito agrícola, informação sobre existência de banco, informação sobre crédito agrícola e conhecimento sobre os requisitos de acesso a informação bancária sobre crédito agrícola é mesma entre homens e mulheres abrangidos pela pesquisa.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo analisou o impacto dos serviços financeiros nas zonas rurais, por meio de um diagnóstico do financiamento aos Agricultores do sector familiar no Distrito de Guijá.

Portanto, com base nos resultados aqui apurados é possível concluir que não há diferenças significativas no que concerne a a benefício de crédito agrícola, informação sobre existência de banco, informação sobre crédito agrícola e conhecimento sobre os requisitos de acesso a informação bancária sobre crédito agrícola entre os agricultores homens e mulheres do Distrito de Guijá.

Os factores nível de escolaridade, distância entre agricultor e banco, e a falta de difusão de informações relativas ao crédito agrícola, foram levantados como as principais causas da assimetria na acessibilidade as informações sobre o crédito agrícola entre os produtores do Distrito Guijá.

Por outro lado, concluiu-se que a questão do género tem um impacto significativo no que diz respeito ao acesso ao crédito no Distrito de Guijá. Esta conclusão deu-se pelo facto de que apesar da amostra do estudo ser constituída maioritariamente pelas mulheres 64% contra 36% de homens, apenas cerca de 8% destas se beneficiou de crédito, contra pouco mais de 27% dos homens, ou seja, existe um maior número de mulheres engajadas na produção agrícola, porém, a maior parte do crédito alocado pelos bancos tem beneficiado aos homens.

Tomando como base os resultados da presente pesquisa sobre análise do impacto dos serviços financeiros nas zonas rurais, e através do diagnóstico sobre financiamento aos produtores do sector familiar no Distrito de Guijá, recomenda-se o seguinte:

- Divulgação mais abrangente de informação sobre o crédito agrícola, pelos bancos comerciais como forma de garantir que a mesma chegue ao agricultor de forma equitativa garantindo assim uma melhor interacção entre o agricultor e a banca de modo a reduzir as assimetrias de informação;
- Para o meio académico, pesquisas sobre a questão do fluxo informação no mercado de crédito, uma vez que há carência de estudos que abordam este problema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, C. M. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. Dissertação (mestrado) – Faculdade Novos Horizontes, Programa de Pós-graduação em Administração. Belo Horizonte: FNH, 2009. 128 f.
- ALVES, C. M.; CAMARGOS, M. A. Microcrédito: Uma Análise da Percepção dos Empreendedores Demandantes e da Aplicação dos Recursos. In: SEMEAD – Seminários em Administração, 2009, São Paulo: FEA-USP. Anais do XII SEMEAD - Seminários em Administração FEA-USP, 2009.
- ARAÚJO e SILVA, F. G. Risco de crédito bancário e informação assimétrica: teoria e evidência. (Dissertação de Mestrado) UFRGS. Porto Alegre. 2004.
- BLATT, A. Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático. São Paulo: Nobel, 1999.
- BRASIL. Sistema de Informações de Crédito do Banco Central. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/crc/ftp/cartilhascr.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.
- CAMARGOS, M. A.; ALVES, C. M.. Fatores condicionantes da Inadimplência em processo de concessão de microcrédito em uma entidade operadora de Minas Gerais.
- CAMARGOS, M. A.; CAMARGOS, M. C. S.; SANTOS, F. S.; RODRIGUES, P. J.; SILVA, F. W. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE FINANÇAS, 2008, Rio de Janeiro. Anais do 8º EBFIN. Rio de Janeiro: SBFIN, 2008.
- CAMARGOS, M. A.; LIMA, J. O. Previsão de Inadimplência em Processos de Concessão de Crédito a Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais. In: Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII ENANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- CHAIA, A. J. Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro. Dissertação (Mestrado em Administração), FEA-IPE/USP, São Paulo, 2003.
- CIA, J. C. Propostas de medidas de inadimplência para o mercado brasileiro. In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia (SP). Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.
- COUTINHO, F. A. Microcrédito e aval solidário: a experiência do Grameen Bank. Estudos Empresariais, n. 3. p. 23-30, dez. 2002.
- DUTRA, Ivan de Souza e PREVIDELLI, José de Jesus. Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas: Um Estudo dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas Paranaenses. Revista Capital Científico Guarapuava - PR, 2005.
- EIFERT, D. S. Análise Quantitativa na Concessão de Crédito Versus Inadimplência: Um Estudo Empírico. Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003
- EVANS, D. S. The relationship between firm growth, size and age: estimates for 100 manufacturing industries. *Journal of Industrial Economics*, v.35, n.4, p. 567-81, June 1987.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, J. B. Financiamento de micro e pequenas empresas em uma instituição pública de crédito. 2002. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, PUC-MG, Belo Horizonte. 2002.

LAKATOS, EM e MARCONI, MA, 2004, Metodologia do trabalho científico. Ed. Atlas.

NETO, A. A *etal.* Aplicação de Modelos *credit scoring* na análise de inadimplência de uma instituição de microcrédito. Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza, 2007.

NUCCI, A. R. *The demography of business closing. Small Business Economics*, v.12, p.2539, 1999.

ORÉFICE, R. A. F. Renegociação de créditos inadimplentes: o comportamento do cliente perante o processo de cobrança. Dissertação (MPA) Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2007

PAIVA, C.A.C. Administração do Risco de Crédito. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PEDRO, A. M. Características Comportamentais dos Empreendedores no Modelo de Ciclo de Vida das Organizações de Greiner. 2003.112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

PEREIRA, G.D.O. Efeitos do microcrédito sobre o fortalecimento dos microempreendimentos e sobre as condições de vida dos microempreendedores: um estudo do Ceape/PB, no período de 2001 a 2004. 2005. 71 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

POCINHO, M, 2009, Teoria e exercicios passo-a-passo Amostra e tipos de amostragens. Brasil

REINALDO FILHO, D. A Central de Risco de Crédito do Banco Central: considerações sobre sua natureza os risco à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ccj.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/24463/24026>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

SANTOS, J. O. Análise de Crédito: Empresas e Pessoas Físicas. São Paulo: Atlas. 2006.

SCHRICKEL, W. K. Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos. São Paulo: Atlas. 2000.

SEBRAE. Fatores intervenientes no desempenho econômico-financeiro das micro e pequenas empresas. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 2000.

SEBRAE. Microcrédito e Microfinanças. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/microfinancas/microcredito/copyofoque-e-microcredito>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

SEMEAD - Seminários em Administração, 2009, São Paulo: FEA-USP. Anais do XII SEMEAD - FEA-USP, 2009.

SILVA, CRO, 2004, Metodologia e organização do projecto de pesquisa - (Guia Prático). Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.

SILVA, J. P. Gestão e Análise de Risco de Crédito. São Paulo. 2006

SOARES, M. M e SOBRINHO, A. D. M. Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. Brasília 2008

# **ANEXOS**



Instituto Superior Politécnico de Gaza

Divisão de Economia e Gestão

Curso de Economia Agrária

Inquérito de Pesquisa Sobre Análise do Impacto dos Serviços Financeiros nas Zonas Rurais de Moçambique: Um Diagnóstico do Financiamento aos Agricultores do Sector Familiar do Distrito de Guijá

Entrevista com Produtor Familiar

Inquérito N.º

Posto Administrativo de \_\_\_\_\_ Aldeia de \_\_\_\_\_

Secção- Característica Social do Produtor \_\_\_\_\_

1. Código do Produtor \_\_\_\_\_

2. Sexo

- Masculino ( )
- Feminino ( )

3. Idade

- Menos de 20 anos ( )
- De 20 a 30 anos ( )
- De 31 a 40 anos ( )
- De 41 a 50 anos ( )

4. Nível de Escolaridade

- Primária ( )
- Básico ( )
- Médio ( )
- Superior ( )
- Nenhum ( )

Secção II – Descrição da Produção

5. Propósito de Produção

- Consumo Familiar ( )
- Comércio ( )

- Consumo e Comércio ( )

6. Obtém algum Rendimento Proveniente da Produção Agrícola.

- Sim ( )
- Não ( )

7. Caso sim, até que ponto?

- Educação
- Educação e alimentação
- Educação e Saúde
- Educação, Saúde e alimentação
- Nenhum

8. Ha quanto tempo pratica Agricultura.

- ≤ a 1 ano ( )
- 1 ano ( )
- 5 a 7 anos ( )
- 7 a 9 anos ( )
- > de 10 anos ( )

9. Qual é o sistema de Produção que usa?

- Extensão ( )
- Semi-Extensivo ( )
- Semi-Intensivo ( )
- Intensivo ( )

10. Pratica outra ( s) actividade ( s) para além da Produção Agrária

- Sim ( )
- Não ( )

11. Se sim, qual ( as) é ?

- Agricultura
- Comércio
- Agricultura e Comércio
- Nenhum

Secção III

12. Banco ( s) existentes no Distrito

13. Faz algum empréstimo Bancário

- Sim ( )
- Não ( )

14. Qual foi a forma de Aquisição

- Dinheiro ( )
- Insumo ( )

15. Existência de um Sistema de registo dos produtores

- Sim
- Não